



**O SR. GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB-PR. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu já havia comunicado ao Dr. Mozart Vianna, Secretário-Geral da Mesa, que faria questão de ordem em relação à Medida Provisória nº 472.

Com base no art. 150, § 6º, da Constituição Federal, questiono os assuntos tratados na referida medida provisória. Na verdade, são 8 temas incluídos em uma única medida provisória.

Decidindo outra questão de ordem, Sr. Presidente, V.Exa. já definiu que não é possível apresentar emendas sobre matéria estranha ao objeto da MP, bem como não é permitido ao Relator propor alteração à medida provisória ou emenda à medida provisória com matéria estranha a projeto ou a medida submetida à Câmara dos Deputados.

Então, com base no art. 150, destaco que essa medida prorroga benefícios tributários a setores diversos, majora taxas, estabelece novas obrigações tributárias, comina sanções, cria títulos de créditos, estabelece subsídios não tributários e altera o sistema de financiamento imobiliário, em especial o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Além disso, ao tratar de diversas matérias sem conexão entre si, a medida contraria o art. 7º, *caput*, inciso I, da Lei Complementar nº 95, de 1998, segundo o qual, excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto.



Além de padecer desse defeito de técnica legislativa, a medida, ao conceder benefícios tributários a setores econômicos diversos e tratar de outras matérias não tributárias, contraria o disposto no art. 150, § 6º, da Constituição.

Da mesma forma, há a incidência de inconstitucionalidade formal, que inclusive pode ser objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade. A inconstitucionalidade e o vício de técnica legislativa podem ser reconhecidos pela Câmara, quando da votação preliminar do parecer já proferido em plenário, nos termos do arts. 7º, *caput*, 8º, 9º e 10 da Resolução nº 1, de 1989-CN.

E caso o Plenário supere a questão atinente à constitucionalidade da proposição, também se pode aqui, como sugestão, nos termos dos arts. 15 da referida resolução e 161 do Regimento Interno da Câmara, destacar para transformar em projeto de lei de conversão autônomo cada parte mencionada no diploma normativo.

Da mesma forma, ressalto, para a análise de V.Exa., o fato de que foi incluído o art. 62 que não constava no projeto original e que trata de tema alheio à medida provisória, o que fortemente justifica a retirada do texto da matéria relacionada com a adaptação dos contratos de arrendamento portuário. Além de não ter nada a ver com a medida provisória, o dispositivo permitiria ampliar substancialmente e sem licitação o prazo de contratos de arrendamento já vencidos.

É o questionamento que faço diante de fatos já analisados por V.Exa., mas que podem contribuir para, no futuro, prevenir que uma mesma MP trate de matérias tão abrangentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - A Presidência recolhe a Questão de Ordem de V.Exa. para examiná-la e logo a seguir dará uma resposta.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Vou chamar alguns Deputados e, em seguida, encerrar a sessão, porque noto a inexistência de *quorum* — não sei se é obstrução.

Lembro que, no caso de encerramento da sessão, evidentemente haverá as lamentáveis consequências administrativas.

Peço ao Secretário que faça soar as campainhas, para que cheguem aos ouvidos dos Srs. Deputados, a fim de trazê-los ao plenário.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Item 1.

*Medida Provisória nº 472, de 2009*

*(Do Poder Executivo)*

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 472, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste — REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno — PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional — RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante — FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante — CDFMM; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; altera a redação da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida — PMCMV; e dá outras Providências.*



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 472, constante do item 1 da presente Ordem do Dia, assinado pelo Líder dos Democratas.



---

**O SR. MARCELO ITAGIBA** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade, se possível, apenas para solicitar um esclarecimento por parte da Mesa.

No dia da votação do projeto referente ao pré-sal, suscitei questão de ordem com base no que o Supremo Tribunal havia decidido em relação ao Fundo de Participação Especial, ou seja, que a Emenda Ibsen não poderia sequer ser discutida neste plenário haja vista que a mesma estava eivada de inconstitucionalidade, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Hoje, o *Jornal do Brasil* traz exatamente essa questão: “*Emenda Ibsen é baseada em lei inconstitucional, diz Mendes*”.

Por isso gostaria de saber de V.Exa. se o recurso feito por este Parlamentar foi acatado e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça a fim de que seja dirimida a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Foi encaminhado. Se não foi, constará da ata o acolhimento do recurso de V.Exa. para ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Lira Maia, que falará a favor da matéria.

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Democratas apresenta o requerimento de retirada porque, apesar de ter em seu bojo muitos aspectos benéficos ao País, a medida provisória trata de 20 assuntos diferentes. Grande parte deles, inclusive, não são urgentes e, portanto, não deveriam constar desse tipo de matéria.

Somos contra, inclusive, a vários assuntos nela tratados, como o aumento de taxas de imposto. Ainda não há consenso a respeito desta medida provisória, que deverá continuar sendo discutida.

Portanto, apresentamos o requerimento de retirada da medida provisória na tentativa de melhor debater a matéria, a fim de buscar um maior convencimento do Plenário. São, repito, 20 assuntos tratados na medida provisória.

Sr. Presidente, quero fazer referência ao ponto que fala da compra de um computador para cada aluno. É um assunto muito interessante e meritório tratado na medida provisória, mas fico preocupado, porque na Amazônia muitos alunos não vão poder ter acesso a esses computadores, já que a grande maioria das escolas daquela região não tem sequer energia elétrica.

O Programa Luz para Todos não é para todos! Há muitas escolas do interior que não vão poder ligar o computador. No Município de Santarém, há 317 escolas que não têm sequer energia elétrica.

Fico, então, muito satisfeito e empolgado com a criação do Programa Um Computador por Aluno. Acho espetacular. É um problema nacional. Mas eu sugiro que também seja incluída na mesma matéria a determinação de que todas as



---

escolas do País tenham energia elétrica, do contrário, não poderão ligar o computador, conforme previsto na medida provisória.

Portanto, há alguns assuntos meritórios, mas é uma medida provisória confusa. Vamos votar contra a constitucionalidade; no mérito, talvez possamos até votar a favor. Por isso, o Democratas pede a retirada de pauta desta matéria.





**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como votam os Srs. Líderes?

Como vota o PT, Deputado Fernando Ferro, quanto ao requerimento de retirada de pauta?

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT é contra. Quer votar a medida provisória e convoca toda a sua bancada para vir a plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o PMDB, Deputado Pedro Chaves?

**O SR. PEDRO CHAVES** (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o Democratas?

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer o motivo deste requerimento de retirada da Medida Provisória nº 472.

Claro que a medida é confusa, trata de assuntos diversos. É uma verdadeira salada de frutas. Mas o nosso requerimento tem o objetivo de obstruir, porque o Relator da Medida Provisória nº 475, que trata do salário dos aposentados, o Líder do Governo, está querendo vencer a votação sem votar, considerando todas as emendas inadmitidas.

Portanto, teria que ir para recurso.

Se o Líder quiser acertar uma única votação, com uma política diferente da proposta, que não abata tanto o salário dos aposentados, discutiremos o assunto. Caso contrário, nós vamos...

*(O microfone é desligado.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Vota “sim” ao requerimento.

Como vota o PSDB?

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB acompanha o DEM nesta votação a favor dos aposentados. Por isso, a nossa preocupação.

Vamos votar “sim” ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o PP?

**O SR. ROBERTO BRITTO** (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a matéria é por demais importante.

Por isso, vamos votar “não” ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o PPS?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, estamos preocupados, primeiro, com esta medida provisória, um balaio de gato. Ela trata de muitos assuntos, destina uma vultosa quantia em dinheiro a vários setores.

Segundo, com a notícia de que, na Medida Provisória nº 475, que trata do aumento dos aposentados, todas as nossas emendas foram declaradas inconstitucionais pelo Relator. Tudo o que trata de aposentado foi declarado inconstitucional, mas é constitucional matéria que atenda a qualquer setor. Há bilhões de reais hoje para vários empreendimentos que não trazem benefício à população. Sob a alegação de financiamento para o setor público, casas populares, destinam dinheiro a empresas que acabam não atendendo de forma adequada a população brasileira.

Votamos, portanto, pelo adiamento. Votamos “sim”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o PSC?

**O SR. MARCONDES GADELHA** (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Programa Um Computador por Aluno já justificaria o nosso voto contrário à retirada de pauta da matéria. Esse é um programa longamente ansiado. Foi anunciado por diversos governos e até hoje não chegou a ser concretizado, relegando milhões de crianças ao risco da exclusão digital, que é tão grave e temerária quanto o próprio analfabetismo nos dias de hoje.

É claro que a medida provisória é confusa em certos aspectos, porque envolve uma gama enorme de assuntos que a transformam numa espécie de colcha de retalhos. Mas há um fio condutor para esse conjunto de medidas propostas, que é a posição do Brasil pós-crise econômica, sustentação a diversas atividades, inovação em outras.

Por essa razão, o PSC vota “não” à retirada de pauta da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o PR?

**A SRA. GORETE PEREIRA** (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PR vota “não” ao adiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o PTB?

**O SR. BENE CAMACHO** (PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - PDT? (*Pausa.*)

PV?

**O SR. MARCELO ORTIZ** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Como vota o Bloco? (*Pausa.*)



Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, claro que temos questionamentos sobre a abrangência dessa medida provisória, mas daí a não debatê-la e votá-la vai uma distância.

Portanto, não concordamos com a retirada de pauta, ou seja, em adiar o problema que agora é nosso. O Governo edita, nós avalizamos ou não. Vamos examinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Vota “não”.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT encaminha “não”, pela importância das matérias contidas na medida provisória, e quer destacar o programa de inclusão digital nas escolas públicas, muito importante para que a educação seja realmente prioridade em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - PDT, “não”.

Como vota o Governo?

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convido todos os Deputados da base a permanecerem em plenário, porque a Oposição está declarando obstrução a uma medida provisória que poderá ser votada amanhã. E nesta medida provisória nós reduzimos impostos, damos incentivo à produção de produtos de informática, ajustamos para melhor o Programa Minha Casa, Minha Vida, enquanto a Oposição fala sobre salário dos aposentados.

Os aposentados tiveram este ano o maior reajuste dos últimos 15 anos. Talvez no ano em que foi criado o Plano Real o reajuste tenha sido um pouco maior;



mas de lá para cá, é o maior que os aposentados já tiveram. Eles estão anunciando uma obstrução por conta de uma futura medida provisória. Por isso, a obstrução não tem nenhuma procedência.

Portanto, o Governo vota “não” e pede à base para se preparar, porque nós vamos enfrentar muita obstrução.

**O SR. GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - O Líder da Minoria tem a palavra.

**O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vai encaminhar, de acordo com os partidos de Oposição, 2 destaques.

Primeiramente, quero cumprimentar o trabalho do Relator, porque trata de temas muito diferentes numa mesma medida provisória, e esse é um ponto crítico.

O que faz o Governo? Este Governo é o que mais editou medidas provisórias. Este Governo é o que mais vetou decisões do Congresso Nacional.

V.Exa. determinou que não é possível mais emendas estranhas às matérias existentes nas medidas provisórias. O que faz o Governo para driblar essa alternativa, seja ela histórica ou não? Trata numa mesma medida provisória de temas muito diferentes. Nesse tema, trata de questões tributárias e não tributárias, questões relativas a créditos, incentivos, subsídios, o que dá margem a todo tipo de questionamento.

Então, até por uma questão regimental, para que não se abra o precedente, apesar do mérito de muitos temas tratados, neste ponto, a Minoria encaminha pelo adiamento da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - A Minoria vota “sim” ao requerimento.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 050.4.53.O**  
**Data: 23/03/2010**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Em votação o requerimento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



---

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA) - Peço verificação, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE) - Sr. Presidente, verificação conjunta.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP) - Sr. Presidente, verificação conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Verificação concedida.





**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.



**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PPS está em obstrução.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O  
PSDB está em obstrução.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



---

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - O Democratas está obstrução.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB está em obstrução.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS está em obstrução.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Em obstrução o PSDB.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco, Sr. Presidente, encaminha o voto “não”.



---

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, convocamos todos os Parlamentares da bancada do PT a virem ao plenário para votarem contra o requerimento de retirada de pauta da MP nº 472.



**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Michel Temer, eu e vários outros Deputados estivemos na reunião de Líderes e não marcamos presença na reunião anterior. Eu peço a V.Exa. que mande considerar administrativamente nosso trabalho no gabinete de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Quem marcou nesta sessão está considerado para a sessão anterior.



---

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença nas galerias de algumas lideranças do futuro Estado de Tapajós e cumprimentar os Vereadores de vários municípios da região aqui presentes.

Cumprimento-os em nome desta Casa e peço a todos os companheiros que acabemos, de hoje para amanhã, com essa novela e, se Deus quiser, aprovemos o plebiscito para o Estado de Tapajós.

Obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. MARCELO ITAGIBA** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Deputado Michel Temer, quero levar ao conhecimento de V.Exa. e desta Casa declaração que o Presidente Lula fez ontem no Rio de Janeiro. Foi uma declaração bastante importante, que deve causar espanto, porque, ao mesmo tempo em que a mídia de maneira geral e todos nós temos reconhecido o trabalho na área de segurança pública, S.Exa., o Presidente da República, alertou que o Rio não é a cidade segura que se está apregoando no País. Então, nós precisamos ter atenção, porque isso foi veiculado nos meios de comunicação. Portanto, nós precisamos ter atenção e cuidado.

Exerci o cargo de Secretário de Segurança Pública no Estado e sei que essa não é uma situação fácil e tem que ser enfrentada diariamente. No passado, foram constituídos os Postos de Policiamento Comunitário, em seguida, os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais — GPAE, que agora se tornaram UPPs, mas elas não serão suficientes para dar tranquilidade e segurança a todo o Estado.

Na verdade, o efetivo não é suficiente para garantir a segurança de toda a população no Estado. Estão retirando policiais do interior, da Baixada, de Niterói e de São Gonçalo para colocar nessas localidades, o que está fazendo com que aumente, e muito, em mais de 183%, o crime praticado contra transeuntes.

É preciso atenção, é preciso votar a PEC nº 300 para remunerar condignamente os policiais, é necessário dobrar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e melhorar as condições de investigações por parte da Polícia Civil.

É este o apelo que faço.





**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dialogar com o Deputado Marcelo Itagiba. Não vou referir-me à crítica que faz ao Estado do Rio de Janeiro — esse é outro debate —, mas à fala do Presidente Lula. Eu estava no Fórum Mundial e o que o Presidente disse foi extremamente elogioso ao Rio de Janeiro. S.Exa. pediu que as delegações internacionais visitassem a cidade, fossem às favelas e vissem com os próprios olhos e não pela leitura de jornal o excelente trabalho que lá está sendo feito.

O destaque, fora do contexto, do que foi dito pelo Presidente — *“não se embrenhem por lugares que vocês não conhecem”* — não se referia à falta de segurança. O trecho foi retirado de uma fala grande que S.Exa. fez, de improviso. O Presidente dirigia-se às delegações estrangeiras no sentido de que elas percebessem como o Rio de Janeiro é bonito e como está havendo mudanças positivas na cidade e em todo o Estado. Esse não foi o contexto que a imprensa divulgou. O discurso do Presidente Lula não tem nada a ver com o destaque dado a uma frase dita por S.Exa.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria pedir a autorização de V.Exa. para registrar que ontem a Delegacia Sindical do Fisco Federal fez uma reunião em São Paulo para discutir a Lei Orgânica do Fisco. Cumprimento o Rubens Nakano, pela organização; o Pedro Delarue, pela participação; e o José Guilherme, de São Paulo.

Esse assunto é extremamente importante e devemos discuti-lo.

Quanto à união dos fiscos federal e previdenciário, ficou acertado que seria enviado um projeto a esta Casa, mas até agora não foi, e já deveria ter sido aprovado. Queremos definir.

Também foi discutido ontem, naquela oportunidade, a instalação da Comissão que vai analisar a PEC nº 555, que trata da extinção da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados. O grande número de aposentados do serviço público estava presente àquela reunião e nos cobrou essa possibilidade. Fiquei de fazer a cobrança, em plenário, da instalação da Comissão que vai analisar a PEC nº 555, que trata do fim da cobrança da contribuição previdenciária dos trabalhadores inativos.

Parabéns ao Rubens Nakano, da DS Sindical de São Paulo.



**O SR. BERNARDO ARISTON** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero referir-me ao debate que travaram os Deputados Marcelo Itagiba e Cândido Vaccarezza. Apoio o Deputado Cândido Vaccarezza, concordo com o que disse a respeito das palavras do Presidente Lula. Mas também concordo com o Deputado Marcelo Itagiba, uma vez que foi Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e conhece bem a realidade do Estado. S.Exa. disse que as UPPs não são solução definitiva para a segurança daquele Estado.

Evidentemente, o efetivo é muito importante e é preciso atenção especial para isso. Hoje, percebemos muito bem que em algumas comunidades, em alguns lugares, a criminalidade vem diminuindo. Mas, por outro lado, percebemos a migração da criminalidade, sobretudo para o interior do Estado.

Nessa linha de raciocínio do Deputado Marcelo Itagiba, aproveito a oportunidade para fazer uma ressalva a respeito desse assunto e deixar uma mensagem para o Governador Sérgio Cabral, o Presidente Lula e autoridades interessadas no assunto: invistam cada vez mais nas Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro e de todo o Brasil para que, cada vez mais, se equipem, se preparem, aumentem seu efetivo e ajudem o Brasil a ser colocado no patamar que realmente merece.

Muito obrigado.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Michel Temer, ontem, no Rio de Janeiro, houve uma grande reunião no Sindicato dos Auditores Fiscais para tratar da PEC nº 555.

Requeiro a V.Exa. que mande instalar a Comissão Especial. A PEC já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e depende da instalação de Comissão Especial. Ela versa sobre matéria que V.Exa. conhece muito bem, porque foi um militante, no passado, contra a contribuição dos aposentados no setor público, quando aplicada por lei — não me lembro se lei complementar até. Entramos com muitos mandados de segurança e ganhamos todos.

E veio uma emenda constitucional que obrigou a contribuição. Agora os servidores perderam a paridade, por um lado, perderam a paridade permanente e, por outro lado, são agravados por essa perda, que, a rigor, já tinha sido considerada um confisco pelo Supremo Tribunal Federal na palavra do Ministro Sepúlveda Pertence, à época. Continua sendo um confisco, mas agora de viés constitucional, que só pode ser combatido por emenda constitucional.

É necessário que instalemos a Comissão Especial da PEC nº 555. Requeiro a V.Exa. que mande ofício aos Líderes partidários para indicar os membros da Comissão Especial.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Deputado Miro Teixeira, a Presidência vai examinar com muito carinho a sugestão de V.Exa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, estamos em processo de votação. Convocamos a bancada do Partido dos Trabalhadores para vir ao plenário votar “não”. Precisamos superar a MP 472. Estamos na busca do *quorum*. Portanto, todos os Parlamentares do PT estão convocados para vir ao plenário votar “não” ao requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 472.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Srs. Deputados, venham ao plenário para que haja *quorum* nesta votação, ressalvados aqueles que a obstruem, naturalmente.



**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se for possível, gostaria de usar da palavra, já que fui por demais atacado por ocasião da votação do requerimento, sendo acusado, inclusive, de não ter moral para apresentar o parecer.

Não vou aqui polemizar com ninguém, mas gostaria que o Parlamentar que me acusou disso tenha estatura moral para entrar com uma representação para que se diga, logicamente, se tenho moral ou não de permanecer como Parlamentar nesta Casa.

E há outra coisa: é completamente incoerente o Parlamentar que, pelo PDT — sem atacar o PDT —, acusou a tal da ditadura militar por haver matado milhões de pessoas. É um pobre coitado, no meu entender. Eu até não sei por que defende Fidel Castro, porque o que Fidel Castro diz do avô dele... Não quero citar o nome para não polemizar, já que ele faleceu. Fidel o trata como Don Ratón tendo em vista a guerrilha do Caparaó, organizada por esse cidadão que já faleceu e foi Governador do Rio de Janeiro. Ele recebeu vultosa quantia em dinheiro de Fidel Castro e o investiu comprando fazendas no Uruguai. Então, é tratado por Fidel Castro como Don Ratón.

Outra coisa, sobre um casuístico da esquerda. S.Exa. não fala o meu nome, mas o Deputado Dino — falo o nome de S.Exa. porque é jurista não sei do quê — diz que o segundo requerimento era superveniente e mais abrangente. Isso não procede, Sr. Presidente, até porque no segundo requerimento não se falava dos presos políticos de Cuba. Então, também é uma pessoa recalcada, em especial no tocante à guerrilha do Araguaia, e não tem moral para se dirigir a mim e falar o meu



nome. Espero que S.Exa. continue não falando o meu nome, porque não tem moral para tal.

Agora, por questão de coerência, quero elogiar o Partido Progressista, que manteve o seu voto contrário. Quero elogiar também o Deputado Fernando Gabeira, que disse claramente que aqui o pessoal não sabe quem são os 5 presos que estão nos Estados Unidos e que este Congresso agora, sem pedir verificação, apoiou.

São presos, Sr. Presidente, que se fossem...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. JAIR BOLSONARO** - Para concluir, Sr. Presidente. Os mais de 1 milhão de cubanos que vivem nos Estados Unidos já teriam feito uma manifestação e pedido a libertação desses presos. Na verdade, são presos comuns — esses, sim, nos Estados Unidos —, muitos acusados inclusive de espionagem.

Esse é o posicionamento. Espero que os que me acusaram de não ter moral entrem com representação contra a minha pessoa, porque eu gostaria de me submeter, quem sabe, a um processo para ver se tenho moral ou não de permanecer nesta Casa.

Muito obrigado.





**O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT-PE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi o Dia Mundial da Água.

Ao instituir a data, em 1992, a Organização das Nações Unidas — ONU pretendia cumprir as recomendações da Agenda 21, ou seja, assegurar a oferta adequada de água de boa qualidade para toda a população do planeta e garantir a preservação das funções hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas.

Desde então, a cada ano, a ONU elege um tema, e o dia 22 de março se transformou em ocasião de intensos debates sobre essas urgências, variáveis de uma equação que, se não resolvida, pode seguramente ameaçar a vida na Terra. Este ano, o tema é *Qualidade da água*, razão de meu pronunciamento.

Falar sobre isso requer considerar a finitude desse recurso natural imprescindível à vida e, sobretudo, considerar a ação do homem com relação a ele.

É amplamente sabido que dois terços da superfície terrestre são cobertos por água. Parece uma infinidade, mas é preciso considerar outros importantes dados: 97% da água do planeta está nos mares, ou seja, é salgada, imprópria para ser bebida ou aproveitada em processos industriais; da água doce, 1,75% é gelo e 1,24% está em rios subterrâneos, escondidos no interior do planeta. Assim, o percentual de água disponível para consumo é de 0,01%, nobres colegas!

Como se vê, ao contrário do que se imagina, a água é um recurso renovável, mas finito. Essa finitude, porém, não é considerada quando se despeja lixo, detritos industriais e esgoto sanitário nos rios, quando se destroem as matas ciliares ou quando se desperdiça a água, Sr. Presidente.



Evitar essas práticas requer ação coordenada e conjunta do Poder Público e da sociedade. Sim: a responsabilidade é de todos e de cada um — não há dúvida.

A situação do Brasil é paradoxal: por um lado, o País possui o privilégio de deter 18% de toda a água doce existente no planeta; por outro, aqui se concentra o maior desperdício.

Além disso, nossos rios, lagos, banhados, reservatórios subterrâneos e outros corpos hídricos vêm sendo degradados por esgotos de variadas fontes, pela poluição industrial, pelo desmatamento em áreas de nascentes e de matas ciliares, por atividades agropecuárias em locais inadequados, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Essa situação contraria o desenvolvimento sustentável e afronta o bom senso. Nossa responsabilidade há de ser proporcional à nossa condição privilegiada, pois somos guardiões de um tesouro comum, Sras. e Srs. Deputados!

Ciente disso, nos últimos anos, o Governo tem envidado esforços significativos, por exemplo, investindo maciçamente em saneamento básico como forma de criar mecanismos de equidade na distribuição de água de boa qualidade para todos.

Esta Casa, da mesma forma, tem se postado à altura do desafio. Prática constante, as discussões aqui têm produzido excelentes resultados, como a recente aprovação da matéria que dispõe sobre os resíduos sólidos, certamente fundamental no sentido de garantir a qualidade das águas de nossos mananciais.

Na última quarta-feira, dia 17, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizou audiência pública em comemoração do Dia Mundial da Água, e as discussões giraram em torno das medidas de conservação das águas adotadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada no Brasil.



Compuseram a Mesa, além do Presidente da Comissão, Deputado Jorge Khoury, e do Coordenador da Frente Ambientalista, Deputado Sarney Filho, o Sr. Silvano Silvério da Costa, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas; o Sr. José Mauro de Moraes, Diretor de Meio Ambiente da Coca-Cola do Brasil, representante do setor produtivo, e o Sr. Mário Mantovani, Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, representante das ONGs. Ao reunir os mais diferentes setores, a Comissão pôde realizar um debate profícuo, no qual se fez criteriosa avaliação das políticas adotadas pelo Brasil com vistas a garantir água de boa qualidade em quantidade suficiente para o desenvolvimento sustentável do País.

Nesse memorável encontro, destacados foram os elogios a vários aspectos da Política Nacional de Recursos Hídricos, sobretudo a perspectiva de uma gestão integrada, descentralizada e participativa da água. E, mais, pois também foram lembrados os desafios, como a questão do domínio das águas superficiais, que requer, com certeza, grande ação coordenada entre os entes federativos.

Há de se ressaltar, Sr. Presidente, que o Brasil é modelar, ao cumprir a meta de, até 2005, ter criado um plano de gestão dos seus recursos hídricos. Na verdade, já estamos adiante, porque exatamente nesta semana o Plano Nacional de Recursos Hídricos começa a ser revisado, conforme anunciou na reunião o representante do MMA, Silvano Silvério Costa.

A revisão contará com a participação da sociedade civil e da ANA, o que lhe conferirá legitimidade e, sem dúvida, garantirá a ampliação dos debates, forma única



de promover a necessária conscientização de todos os brasileiros e brasileiras sobre a imprescindível participação de cada um na gestão dos recursos hídricos nacionais.

A experiência da Coca-Cola do Brasil em reduzir substancialmente o consumo de água na produção de sua bebida e o alerta da SOS Mata Atlântica de que é urgente e imprescindível conservar as matas ciliares são demonstrações inequívocas de que a sociedade civil e o setor produtivo estão inseridos no debate e nas ações que colocam o Brasil como uma nação cada vez mais consciente da sua responsabilidade em assegurar que se mantenha a oferta adequada de água de boa qualidade à sua população e em preservar as funções hidrológicas, biológicas e químicas dos seus ecossistemas.

É preciso que nós, enquanto Poder Legislativo, avancemos nas políticas públicas para que não só façamos o melhor uso das águas, mas que propiciemos uma mudança de mentalidade das pessoas. Temos de evitar o desperdício, necessitamos de programas de saneamento ágeis, executados com velocidade, como o Programa de Aceleração do Crescimento, que, pela primeira vez no Brasil, disponibiliza recursos da ordem de dezenas de bilhões de reais para o saneamento.

Hoje, a falta de saneamento faz com que os nossos rios estejam poluídos. Então, nossa homenagem a todos que lutam pelo meio ambiente, em defesa da despoluição dos rios e por uma mudança de mentalidade no uso racional e equilibrado da água. E, na condição de Parlamentar, orgulho-me de saber que esta Casa tem contribuído de modo significativo para essa mudança de atitude, Sr. Presidente.

Parabéns a todos nós, neste Dia Mundial da Água. Adiante na empreitada, porque esse é nosso dever!



**O SR. ALFREDO KAEFER** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Pois não, Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. ALFREDO KAEFER** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, apesar de termos sido campeões em registros de medidas provisórias, percebemos que ultimamente o Governo tem usado uma malandragem interessante: condensa vários projetos numa única medida provisória.

Essa Medida Provisória nº 472, por exemplo, trata de autorização de crédito ao BNDES, de letra financeira, do Programa Minha Casa, Minha Vida, de isenção para computadores e assim por diante.

Por outro lado, nós, Deputados, estamos no sentido inverso, não conseguimos aprovar nossas emendas. Pessoalmente, fiz 8 emendas à MP nº 472, e várias delas foram rejeitadas pela Mesa, sob a alegação de que não fazem parte do objeto. Ora, se o Governo pode versar sobre tudo na medida provisória e apresentamos emendas pertinentes à matéria, e elas não são acatadas, que critério vamos adotar doravante?

Indago do Presidente que critério vai usar. Se o Governo vai continuar mandando medidas provisórias versando sobre tudo e todos numa única MP, e o Presidente vai aceitar isso, qual é o critério que os Deputados deverão seguir quanto à colocação de emendas, principalmente quando elas versam sobre o escopo principal da proposta? É o caso dessa medida provisória, que versa sobre financiamento, situação tributária. Por que não somos atendidos? Primeiro, há rejeição pela Mesa. Evidentemente, por falta de interesse do Governo, há rejeição por parte do Governo, que faz com que o Relator não acate as emendas.



Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, o Governo vem, por intermédio desta medida provisória, isentando computador para escolas. Fui adiante: gostaria de estender essa isenção ao computador, hoje uma ferramenta essencial, para estudante que comprove estar estudando. Essa emenda, porém, não foi acatada.

Então, indago a V.Exa., Sr. Presidente, que critério vamos ter doravante.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Evidentemente que, em face das ponderações de V.Exa., a Presidência as transmitirá ao Poder Executivo, ao Sr. Presidente da República. O desejo desta Presidência é o de que cada medida provisória trate de 1 ou, no máximo, 2 temas. Não é recomendável que se trate de muitos temas numa mesma MP. Mas se há muitas matérias na medida provisória, evidentemente, as emendas apresentadas que tiverem conexão com um dos temas nela versados serão admitidas.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Com a palavra o Deputado Professor Ruy Pauletti.

**O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI** (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero que hoje não tenhamos o desprazer de votar uma medida provisória que é uma salada de frutas, uma MP que trata de 15 assuntos diferentes, entre fiscalização, apoio ao desenvolvimento, isenção para computadores, indústria petrolífera, vantagens para o Nordeste etc.

Enfim, espero que não tenhamos de votar isso hoje, porque realmente é uma manobra estranha do Governo.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar à Casa que o Rio Grande do Sul, mais uma vez, viu-se diante de um desastre causado por temporais: a destruição de partes de muitas de suas cidades. Hoje, é como se o Haiti e o Chile estivessem no Estado do Rio Grande do Sul.

Mais de 20 cidades ficaram sem luz e sem telefone. Lamentavelmente, os recursos prometidos pelo Ministério da Integração estão sendo, desde a seca e das primeiras enchentes, liberados com grande dificuldade.

O meu apelo é no sentido de que essa comunicação de mais um desastre no Rio Grande do Sul sirva para liberar recursos do Ministério da Integração com urgência. Há 1 ano esperamos os recursos que seriam liberados em razão da seca; depois foram prometidos recursos para recuperação dos prejuízos causados pelas enchentes, e, agora, novamente o Rio Grande do Sul sofre com os temporais, com ventos de mais de 115 quilômetros por hora, que destruíram parte do nordeste do Estado.



**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma retificação: a Minoria orienta obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Pois não.





**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Está encerrada a votação.

Votaram “sim” 7 Srs. Deputados; “não”, 258 Srs. Deputados.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



---

**O SR. LUIZ BASSUMA** (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, segui o PV na votação anterior.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Relator Marcelo Ortiz para uma breve retificação ao parecer.

**O SR. MARCELO ORTIZ** (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento a seguinte alteração de parecer proferido em plenário na sessão de 17 de março de 2010, referente à Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009:

*“Art. 2º .....*

*§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos protocolados até 31 de dezembro de 2010 e aprovados até 30 de junho de 2011.”*

*“Art. 5º .....*

*§ 1º Na hipótese de transferência de titularidade de projeto de infraestrutura aprovado no REPENEC durante o período de fruição do benefício, a habilitação do novo titular do projeto fica condicionada à:*

*I - manutenção das características originais do projeto, conforme manifestação do Ministério de Minas e Energia;*

*II - observância do limite de prazo estipulado no caput deste artigo, contado desde a habilitação do primeiro titular do projeto;*

*III - revogação da habilitação do antigo titular do projeto.*



*§ 2º Na hipótese de transferência de titularidade de que trata o § 1º, são responsáveis solidários pelos tributos suspensos os antigos titulares e o novo titular do projeto.”*

*“Art. 61 Os atos concessórios de drawback cujos prazos tenham sido prorrogados nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979, com vencimento em 2010, ou nos termos do art. 13 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, poderão, em caráter excepcional, ser objeto de nova prorrogação por período de um ano.*

*Sala das sessões, 23 de março de 2010.*

*Marcelo Ortiz, Relator”.*

É a retificação que faço, Sr. Presidente.



---

**O SR. FLÁVIO BEZERRA** (PRB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

**O SR. JORGE BOEIRA** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.  
Presidente, na votação anterior, votei “não”, conforme orientação partidária.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do  
orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o Partido dos  
Trabalhadores.

**A SRA. FÁTIMA BEZERRA** (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -  
Sr. Presidente, votei com o PT na votação anterior.



**O SR. OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer um ponto com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - O Deputado quer fazer uma questão de ordem? Não entendi.

**O SR. OTAVIO LEITE** - Não, quero um esclarecimento, Sr. Presidente, e, pelo que tenho ciência, ao tempo em que o Relator procede a essa modificação, é dada a palavra para quem tenha eventuais dúvidas — e elas eclodem.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Não. As dúvidas, Deputado Otavio Leite, devem ser solucionadas na conversa com o Relator, porque agora não dá para discutir o mérito da medida provisória, não é?

**O SR. OTAVIO LEITE** - Sim. Mas o Relator está apresentando um ingrediente novo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - É uma retificação.

**O SR. OTAVIO LEITE** - É uma retificação profunda. Inclusive, são 2 dispositivos, com incisos etc. E precisamos entender melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Neste momento, estamos tirando cópias da retificação para distribuir ao Plenário.



---

**O SR. FRANCISCO PRACIANO** (PT-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - A conversa tem que ser feita com o Relator, aí em baixo, Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** - V.Exa. me permite uma ponderação?

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Claro. Não tenha dúvida.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando o Poder Executivo encaminhava um projeto de lei contendo inúmeras matérias, o procedimento que se adotava era o partilhamento em projetos autônomos, para que fluíssem guardando uma coerência de substância em cada um deles.

O que estamos aqui praticando, permita-me dizê-lo, Sr. Presidente, com todo o respeito, é quase que uma autofagia legislativa, na medida em que consentimos que o Poder Executivo possa, no mesmo diploma legal, cuidar de 15, 16 assuntos, e nós outros não podemos inserir assuntos terceiros nesse diploma. Enfim, é algo realmente paradoxal, no meu entendimento.

Sugiro a V.Exa. que peça para a Assessoria Técnica, quando do advento da edição de uma medida provisória que verse sobre vários assuntos, que elas sejam divididas e ganhem curso, na sua tramitação, isoladamente, por tema. Do contrário, vamos ficar sempre neste processo de discussão: o que cabe, o que não cabe; o que é conteúdo material em cada um dos projetos.

Sugeri 6 emendas, e nenhuma delas foi acatada, mas há inserções de matérias estranhas. Há conteúdos de natureza tributária não tratados no projeto original, enquanto sugestões minhas que coincidem com matérias do projeto não foram acolhidas. Então, é realmente frustrante do ponto de vista da vontade





legislativa, da prerrogativa de um Parlamentar de propor essa ou aquela medida correcional ou aperfeiçoadora da matéria.

É o pedido que faço, Sr. Presidente, porque estamos diante de uma matéria realmente complexa, cheia de contradições e paradoxismos.

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - A ideia é boa, Deputado Otavio Leite, mas a Presidência não tem condições regimentais de dividir uma medida provisória em muitas medidas provisórias. Eu não tenho autorização legal nem constitucional para fazer essa partilha que V.Exa. sugere. De modo que lamento, mas não tenho solução.

Tenho uma única solução — e a citei há pouco a um colega seu de bancada. Vou sugerir ao Poder Executivo que, ao mandar uma medida provisória, verse apenas sobre uma ou duas matérias, porque reconheço, assim como faz V.Exa., que o número de temas tratados nessa medida provisória é imenso. E isso não é aconselhável.



---

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com meu partido na votação anterior.



---

**O SR. MARCELO ORTIZ** - Sr. Presidente, V.Exa. concede a palavra ao Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - O Relator tem a palavra.

**O SR. MARCELO ORTIZ** (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Deputado que comungo plenamente com o pensamento de S.Exa. e que tive grande dificuldade, porque também acho que deveria ser dessa forma. Mas, como V.Exa. acabou de explicar, não temos uma disciplina nesse sentido. E, não havendo essa disciplina, temos de nos socorrer com o que existe no nosso Regimento. Então, essa é a nossa posição.

Sinto muito que isso tenha ocorrido. Acho que deveríamos dividir, tratar caso a caso, sem maiores problemas, como os que estão surgindo agora. Peço escusas ao colega porque não consegui fazê-lo.



**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votei com o partido na votação anterior.

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na última votação, acompanhei o partido.

**O SR. SERGIO PETECÃO** (Bloco/PMN-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, votei com o partido, Sr. Presidente.

**O SR. OSMAR JÚNIOR** (Bloco/PCdoB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na última votação, votei com o partido, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

**O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, enquanto a Liderança da Minoria discute acerca da tramitação da MP, quero fazer um destaque em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC.

Relatórios estaduais divulgados na última sexta-feira pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento revelam que, dos 12.163 empreendimentos do principal projeto de desenvolvimento do Governo, 54% deles não saíram do papel — portanto, mais da metade — e apenas 1.378 foram concluídos depois de 3 anos de implantação do PAC. De acordo com a ONG Contas Abertas, que fez a análise dos números, isso mostra que apenas 11,3% das obras terminaram. Apesar disso, antes de o Governo tratar da conclusão do PAC, já anuncia um novo projeto.

Pelo levantamento feito, 46% das ações do programa estão em andamento ou já foram entregues, desde que ele foi lançado em 2007. Não foram medidas as ações em Goiás, Piauí e Rondônia, que deixaram de entregar os relatórios.

A metodologia de divulgação dos números usada pela Casa Civil nas cerimônias de balanço oficial tem excluído as áreas de saneamento e habitação. Mesmo assim, os 10.821 empreendimentos dos 2 setores estão previstos no orçamento total do PAC, que é de R\$638 bilhões a serem aplicados entre 2007 e 2010. De acordo com a ONG, tiradas as duas áreas, cerca de 31% das obras teriam sido concluídas.



Isso significa que mais da metade do Programa de Aceleração do Crescimento, carro-chefe do Governo, não foi realizada. E o Governo insiste em afirmar que antes não havia projetos, que não havia planejamento. Agora, antes da conclusão dessa primeira etapa do PAC, já anuncia, próximo ao período eleitoral, uma nova etapa, um novo projeto, intitulado PAC 2. Carro-chefe da campanha da candidata do Governo, esse PAC 2 terá 1 trilhão de reais em investimentos. O Governo chegará a esse número usando estratégia semelhante à utilizada na primeira fase do programa: na conta, serão incluídos contratos de compra de imóveis e até empréstimos para reforma concedidos a pessoas físicas pela Caixa Econômica Federal. Hoje, esse total é de R\$137 bilhões, que entram no cálculo do Governo como obras concluídas.

Uma parcela dos investimentos da PETROBRAS, turbinados com a exploração dos campos do pré-sal já licitados, também será incorporada ao PAC. Além disso, no próximo período, o sucessor do atual Governo terá uma conta estimada, pendurada, superior a R\$35 bilhões, referente a obras contratadas entre 2007 e 2010 e que não serão executadas nem pagas na atual gestão.

Usado pelo Governo para incrementar a candidatura oficial, o PAC tem problemas de gestão que se refletem na execução das obras.

Como não consegue cumprir prazos de execução, o Governo acumula uma conta bilionária que seu sucessor terá de assumir.

Por que é importante destacar isso, Sr. Presidente? Cria-se uma enorme expectativa, como se o Brasil, antes do atual Governo, não tivesse programas, não tivesse planejamento. Para recordar o Congresso e a sociedade brasileira, é importante destacar a tradição de planejamento na gestão pública brasileira.



A partir da Constituição de 1988, foram criados o Plano Plurianual — PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais, estabelecendo uma série de ações continuadas. Isso visa evitar, desde já, qualquer terrorismo no sentido de que o próximo Governo possa quebrar a continuidade da execução de uma série de obras, muitas das quais, por sinal, começaram em gestões anteriores.

O primeiro PPA, de 1991 a 1995, foi elaborado no Governo do Presidente Collor; depois, veio o PPA continuado pelo Presidente Itamar Franco, pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual se implantou o Plano Real. Esse plano teve a denominação, na etapa final, de Programa Avança Brasil. Além disso, é bom destacar que Governos anteriores também tiveram projetos e planejamento. Assim ocorreu com o Plano SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, da década de 40; o Plano de Metas, do Governo JK, no qual se procurou estabelecer uma série de ações intituladas 50 anos em 5; o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, do Governo João Goulart; o Plano de Ação Econômica do Governo, de Castelo Branco; o Plano Decenal, do final da década de 60 a 70; o Programa Estratégico de Desenvolvimento, do Governo Costa e Silva; o Programa Metas e Bases para a Ação do Governo, do Presidente Médici; o Plano Nacional de Desenvolvimento, da década de 70, no qual se construiu Itaipu — e, por destaque, quero lembrar que o Tesoureiro do PT, que é objeto de investigação em uma cooperativa habitacional de São Paulo, compõe o seu conselho de administração, para mostrar as contradições do tempo no Brasil —; o III Plano Nacional de Desenvolvimento; os Planos Plurianuais a partir de 1988, como o Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Verão, Plano Brasil Novo, Plano Real e os planos recentes do atual Governo.



É bom destacar que, apesar de o Presidente ter afirmado que não havia nenhum projeto dos Governos Municipais, Estaduais e Federal, a partir da sua posse verifica-se uma continuidade. Então, é preciso chamar a atenção do Congresso e, principalmente, da população brasileira para o fato de que há continuidade e há projetos que precisam ter consistência e não podem sofrer interrupção. Antes de apresentar o novo programa de aceleração, o Governo deve concluir o atual, porque mais de 50% não foram executados.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Gustavo Fruet, o Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário.*





**O SR. FERNANDO CHIARELLI** (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.

**O SR. GLADSON CAMELI** (PP-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para justificar, votei com o partido nas votações anteriores.

**A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO** (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação do requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência gostaria de saber se os Líderes e o Líder do Governo chegaram a um entendimento sobre a votação desta importante matéria.



**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** - Para uma breve comunicação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em conversa com alguns Líderes, a Liderança do Governo e os Líderes da Oposição chegaram a um acordo para o procedimento da votação.

Eu gostaria de pedir a atenção dos Líderes para ver se estamos sendo fiéis ao acordo que fizemos. Ponto 1: hoje, votamos o texto principal da medida provisória, sem prejuízo dos destaques de votação. Estes ficam para amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Isso sem qualquer obstrução.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sem obstrução. Votaremos agora.

Ponto 2: votaremos apenas a urgência do projeto que trata da conexão das escolas por banda larga — Projeto de Lei nº 1.481, de 2007 — para facilitar o acordo. Assim, votaremos esse projeto na quinta-feira.

Ponto 3: V.Exa. convoca sessão extraordinária a partir do meio-dia de amanhã para discutirmos as medidas provisórias. Se houver acordo quanto ao procedimento de votação, teremos a sessão ordinária às 14h e não realizaremos a extraordinária. Senão, o Governo, a Oposição e a base discutirão o assunto para definirmos um acordo para amanhã.

Está claro, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência concorda. Vai convocar sessão extraordinária a partir do meio-dia. Hoje votaremos apenas o texto básico. Deixaremos os destaques, sem prejuízo de votações, para a sessão da outra semana.

Então, está fechado o acordo.



**O SR. JOÃO ALMEIDA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisor do orador.) - Sr. Presidente, não há necessidade de convocação de sessão extraordinária ao meio-dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - É porque há várias PECs.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** - Precisamos retomar os trabalhos, seguir o Regimento.

Amanhã é dia de sessão ordinária. Ela começa às 14h. Dá para votar tudo até mais tarde. Não há necessidade de sessão extraordinária ao meio-dia, o que prejudica o funcionamento das Comissões, que já se instalaram tardiamente este ano. Não vejo necessidade disso. O acordo foi feito para votarmos hoje o mérito da medida provisória e a urgência do projeto relativo à Internet. Amanhã à tarde concluiremos a votação dessa medida provisória e votaremos a outra, mas na sessão ordinária. Não há necessidade de convocar sessão extraordinária. Nós precisamos restabelecer o ritual da Ordem do Dia, com início às 16h. Aí, sim, dará para concluirmos todas as votações de forma civilizada, melhorando enormemente o funcionamento do plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Nobre Líder João Almeida, do PSDB, a Presidência já havia definido que seria convocada sessão extraordinária amanhã a partir das 12h. O que acontecerá se fizermos isso? Terminaremos mais cedo.

A Câmara dos Deputados está com a mania de realizar as votações apenas à noite. Quem chega à Casa às 8h, às 20h já está na Casa há 12 horas. Se a sessão



se prolongar até meia-noite, serão 16 horas de trabalho ininterrupto. Não há ser humano que aguente isso. Depois de 12 horas de trabalho, não raciocinamos mais direito.

Há várias medidas provisórias para serem votadas. Portanto, faço esse apelo para que a Mesa possa cumprir seu cronograma e avancemos na votação das MPs, que antecede a votação das demais matérias.

É o apelo que faço ao Líder do PSDB.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concordo com o que V.Exa. disse. Se me permite, faço uma sugestão a mais.

Peço a atenção do Líder Cândido Vaccarezza, que falou há pouco do projeto que veio do Senado Federal — Projeto de Lei nº 1.481 —, sobre banda larga.

Eu considero uma precipitação votar hoje a urgência e votar na semana que vem o projeto sobre banda larga no Brasil. Esse é um tema de alta complexidade! *(Pausa.)*

Amanhã votar a urgência? *(Pausa.)*

Votar o projeto amanhã? Será pior ainda, porque é uma temeridade definir em 1 ou 2 dias como se cria um projeto nacional da banda larga. Os Estados Unidos estão discutindo o assunto há meses e meses, com recursos à disposição, e não encontram uma solução.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Quero dizer ao ilustre Deputado Miro Teixeira que o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica vem discutindo esse assunto há mais de 6 meses. Nós estamos devidamente preparados para votar essa matéria.

Implementar a banda larga nada mais é do que estabelecer a chamada Cidade Digital, com a qual todos sonham no Brasil. É estabelecer a Internet de graça para todos aqueles habitantes das cidades que não têm condições de tê-la. É fazer com que hoje o computador, a Internet não sejam privilégio só dos ricos, mas também dos pobres e dos mais necessitados.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Mas não é isso que está escrito no projeto. Se fosse isso que V.Exa. acabou de dizer, seria jogo jogado. Não é Internet de graça. Isso que está aqui não é Internet de graça, é utilização do FUST.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Justamente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Mas aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - O dinheiro do FUST...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Quem vai explorar? São as companhias telefônicas, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Amanhã, quando discutirmos o mérito, nós vamos discutir a matéria, que já está pronta. Votar a urgência hoje é muito bom, e votar o projeto amanhã é melhor ainda.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Deputado Maurício Rands.

**O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero endossar a posição de V.Exa. Quem ainda não tem acesso à Internet rápida, com a banda larga, sabe da urgência de votarmos essa matéria na Câmara dos Deputados.

Deputado Miro Teixeira, o Conselho de Altos Estudos, a Comissão, o Brasil inteiro já vêm amadurecendo essa questão. Portanto, a Câmara dos Deputados está pronta para votar a matéria.

Sr. Presidente, registro que amanhã o Tribunal Regional Federal da 5ª Região fará justiça a um grande político pernambucano — assim esperam todos os que têm sede de justiça. Refiro-me ao ex-Ministro Humberto Costa, que foi, de modo injusto, atacado em inquérito, quando era Ministro da Saúde.

O Ministério Público, Deputado José Carlos Aleluia, titular da ação penal, emitiu parecer reconhecendo a inocência do ex-Ministro Humberto Costa.

Amanhã, o Pleno do Tribunal Regional Federal vai apreciar o parecer do Ministério Público, que reconhece a inocência do ex-Ministro Humberto Costa.

Pernambuco e o Brasil esperam a ratificação da justiça; portanto, o acolhimento da posição do Ministério Público, titular da ação penal, que reconheceu a inocência do ex-Ministro Humberto Costa.





---

**A SRA. SUELI VIDIGAL** (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência pergunta...

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Para fechar o acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Pois não.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesse intervalo, eu conversei com o Líder do Governo, com o Líder do PSDB, Deputado João Almeida, e com o Líder do PPS, Deputado Fernando Coruja. Diante da ponderação de vários Deputados, inclusive do Deputado Miro Teixeira, nós queremos evoluir para o seguinte acordo: aprovaremos hoje o texto principal da Medida Provisória nº 472 e encerraremos a sessão. Não votaremos a urgência hoje, porque, se o projeto do FUST vai ser votado na quinta-feira, pode ter a urgência aprovada amanhã. Esse é um assunto no qual o Deputado Paulo Bornhausen, Líder do meu partido, é especialista, e S.Exa. estará aqui amanhã, assim como os outros, como o Deputado Miro Teixeira, para discuti-lo.

Então, amanhã, às 12h ou às 13h — eu prefiro às 13h —, começará uma sessão extraordinária. O Deputado João Almeida não tem divergência. Nós vamos tentar fazer um acordo em torno da medida provisória que trata da questão do aposentado.

Nós queremos uma votação nominal para definir quem quer ampliar o salário do aposentado e quem não quer. Então, vamos escolher. Após essa votação, nós poderemos evoluir com as 2 medidas.

Quanto ao FUST, acredito que será votado, se houver acordo, na quinta-feira apenas.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Líder do Governo.

**O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós sempre achamos que o melhor é um bom acordo. Mesmo um mau acordo é melhor do que o confronto desnecessário. Então, eu vou evoluir para que haja um bom andamento hoje.

Primeiro: votamos hoje simbolicamente o texto principal da medida provisória. Os destaques ficam para amanhã. Segundo: V.Exa. convoca sessão extraordinária para amanhã ao meio-dia, porque pode não haver evolução do acordo e vamos precisar votar as 2 medidas provisórias esta semana — a que estamos votando hoje e a MP nº 475, que trata do reajuste dos aposentados para 2010. Podemos votar a urgência do projeto numa das sessões extraordinárias de amanhã.

Assim sendo, resolvemos a questão da noite de hoje, como foi a última proposta da Oposição: apenas a votação do texto principal da MP nº 472.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Fechado o acordo.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência retira todos os requerimentos de quebra de interstício, de adiamento de discussão e de votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para discutir a matéria...

A Presidência vai fazer o seguinte: quando falarem 3 de cada lado, encerraremos a discussão. Já existe requerimento nesse sentido.



**O SR. VICENTINHO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com a bancada na última votação.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme o partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará contra a matéria. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Antigamente eram 5 minutos. Sempre tínhamos 5 minutos para debater. O tempo caiu para 3 minutos. Daqui a pouco cairá para 2 minutos e depois para 1 minuto. É melhor não discutir as coisas de governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A matéria tem urgência, nobre Deputado.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Entendo essas coisas. Sempre têm urgência as medidas provisórias. São 15 assuntos que demandariam 15 projetos de lei. Enfiam tudo na medida provisória e deixam o Congresso Nacional se divertir.

Penso que, enquanto não nos libertarmos das medidas provisórias, não haverá Parlamento forte. Na essência do conflito entre Executivo, Legislativo e Judiciário, os olhos da população avaliam o Legislativo com a nota mais baixa dos 3 Poderes, pela fraqueza que nós mesmos determinamos. Ninguém mandou que nós nos submetêssemos aos caprichos do Executivo e do Judiciário. Foi uma deliberação do próprio Parlamento.

Não digo isso por conta do Governo Lula, mas de todos os Governos, dos que passaram e dos que virão. Enquanto não acabarmos com o instituto da medida provisória, não haverá um parlamento forte, não haverá um parlamento ativo, que represente os anseios e interesses da população.

Não é possível haver 15 assuntos diferentes numa medida provisória. Temos de repensar no Brasil, romper as barreiras, mudar os paradigmas. Se foi assim até



agora, chega! Estamos no fim do Governo Lula, que já dura 8 anos. Vamos pensar em mudança. Vamos mudar essa estrutura iníqua, que nos submete aos caprichos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, bem como das corporações, que acabam dominando o Parlamento.

Deveríamos votar contra todas as medidas provisórias que vêm para o Congresso Nacional. Melhor ainda: deveríamos devolvê-las. Que as mandem como projeto de lei, porque nem as Comissões Temáticas se reúnem mais. A medida provisória é enviada à Casa e aqui fica por um longo período. Nem os integrantes da Comissão Especial que trata da medida provisória se reúnem mais, há muito tempo, para deliberar sobre ela. Têm de ler o parecer em plenário. Ficamos sabendo em cima da hora o que mudou e o que não mudou.

Liberte-se, Parlamento brasileiro! Vamos implantar aqui um regime democrático atuante, vigoroso. É o que o povo quer.

Por isso, votamos contra a medida provisória.





---

**O SR. PAULO PIAU** (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - O Deputado Jader Barbalho votou com seu partido.

**O SR. JADER BARBALHO** (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o partido na votação anterior.

**O SR. ASDRUBAL BENTES** (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu teria votado com o partido se estivesse presente.

**O SR. FLAVIANO MELO** (Bloco/PMDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB.

**O SR. AELTON FREITAS** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com meu partido na última votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor, concedo a palavra ao ilustre Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*



---

**O SR. JOÃO OLIVEIRA** (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero justificar que, nas sessões anteriores, não estava presente. Votei conforme o partido, o Democratas.

**O SR. JORGE BOEIRA** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a título de confirmação, declaro que votei, em todas as votações anteriores, conforme a orientação partidária.

**O SR. JORGINHO MALULY** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, segui a orientação de meu partido, o Democratas.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os números impressionam: de cada 100 brasileiros que hoje acessam a Internet, metade o faz por meio das *lan houses* ou dos chamados centros de inclusão digital, aquelas unidades que estão espalhadas pelo País, de Norte a Sul, por iniciativas individualizadas.

Temos uma comissão especial para tratar do assunto, para regulamentá-lo dentro de uma perspectiva propositiva de inclusão das *lan houses*, que têm permitido à população trabalhadora brasileira ter acesso à Internet.

Eis que vem uma medida provisória sugerindo a desoneração tributária para o Poder Público adquirir computadores e certamente expandir sua oferta na rede pública.

Sr. Presidente, propusemos uma emenda para que esses mecanismos tributários também fossem oferecidos às *lan houses* que estiverem regularizadas. A matéria, que é absolutamente intrínseca ao tema, foi sumariamente recusada por ser inadequada. Ou seja, uma proposta justa, legítima foi sepultada. Estamos perplexos!

O déficit de transações correntes no País, este ano, deve ser de 50 bilhões de dólares; 7,5 bilhões serão provenientes da conta turismo. Quero dizer com isso que os brasileiros deixam muito mais recursos no exterior do que os estrangeiros deixam no Brasil.

O Governo inseriu nessa MP uma iniciativa para fortalecer o mercado emissivo e não o mercado receptivo. Nós propusemos uma emenda para também fortalecer esse mercado e aquinhoar corretamente incentivos aos brasileiros que



lutam para trazer estrangeiros para o País. Nossa emenda foi sumariamente inadmitida e sepultada. Um absurdo!

Mais absurdo ainda é observar que foram inseridos na medida outros temas também desconexos com o tema-mãe. Na verdade não há 1 tema-mãe, mas sim 15 temas-mães.

Então, propostas boas foram negadas. Por exemplo: estender incentivos para a aquisição de órteses e próteses; expandir o microcrédito para as camadas populares da sociedade; dar apoio à música popular brasileira — sempre dizemos que ela deve ter um mínimo de apoio. O Brasil desonera uma porção de setores, mas a cadeia produtiva da música popular brasileira continua cerceada. Fomos ao Ministro, que prometeu uma proposta. Mas a PEC da Música foi freada pelo Governo. E até agora nada.

Nós demos 6 sugestões, que deveriam ser apenas observadas. Elas foram literalmente suprimidas, sepultadas. Isso é um absurdo! É cerceamento à liberdade e à prerrogativa do Parlamentar de sugerir alguma coisa que, intencional e modestamente, vise aperfeiçoar o sistema e aquinhoar a população.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, que falará contrariamente à matéria.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, como consta do art. 1º da Constituição Federal. Logo no art. 2º vem a separação dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas não há nenhum país democrático no mundo em que o Parlamento seja tão frágil como no Brasil.

Na Europa, em razão do Parlamentarismo, o Parlamento é forte pela própria essência do sistema de governo. Elege-se o primeiro-ministro, há a chefia do governo.

Nosso regime presidencialista, inspirado no regime da federação norte-americana, já começou enviesado. Nos Estados Unidos formaram uma federação de verdade. As colônias se uniram para formar uma federação. Aqui foi por desagregação. O Estado unitário dissolveu-se e formou uma federação às avessas.

O Parlamento só se tem fragilizado. Se o compararmos com o modelo americano, veremos que lá, para um projeto de lei ser apresentado, é preciso que o líder do governo o apresente. Aqui não. Aqui o Parlamento, em tese, teria de fiscalizar. Não fiscaliza nada. Não tem nenhuma condição de fiscalizar. Não há estrutura aqui dentro. Não se faz uma CPI, não se consegue votar um requerimento para convocar alguém. Para convocar alguém, é preciso lograr, porque os que estão em maioria não o permitem. Legislar, muito menos. É uma medida provisória atrás da outra — estapafúrdias como essa. Não sei quantos assuntos há. Alguém disse que há um fio condutor. Deve ser um fio condutor desencapado, pelo número de



matérias de que se trata. E são bilhões de reais. Não estou falando aqui de um projetinho qualquer. São bilhões de reais para o BNDES, capitalização. São bilhões de reais que nós aqui, sem análise, sem nada, votamos. Só podemos concordar.

Depois que o Governo gasta os recursos, a Medida Provisória nº 470, que caiu no Senado, nem precisa ser votada. Passa aqui por decurso de prazo. É pior do que decreto-lei.

Agora, o Parlamento vai continuar votando, votando, apoiando essas matérias e não legislando, enfraquecendo-se cada vez mais. E, é claro, Parlamento fraco é sinônimo de falta de democracia. Nem podemos dizer que vivemos numa república democrática, porque aquele que tinha de ser realmente o Poder popular não consegue mais exercer seu poder.

Nós encaminhamos o voto “não”.



---

**O SR. AUGUSTO FARIAS** (PTB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do partido.





**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor, concedo a palavra ao ilustre Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Dr. Ubiali.

**O SR. DR. UBIALI** (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de essa medida provisória ter englobado vários assuntos, é do bem, como tem sido a maioria das medidas provisórias que buscam trazer formas e recursos para construirmos uma infraestrutura neste País que permita seu real desenvolvimento, para que as pessoas possam, de fato, ter benefício com as nossas riquezas.

A medida provisória cria o REPENEC, um regime especial de incentivos para o desenvolvimento da indústria de base, da estruturação da pesquisa do petróleo, tirando uma série de impostos — impostos de importação, impostos internos —, facilitando aquilo que sempre quisemos: menos imposto, que impede o crescimento do País.

Essa medida provisória também traz, em boa hora, a possibilidade de compra de um computador por aluno da rede escolar federal, estadual ou municipal. É necessário que todo aluno tenha um computador. Não pode mais haver alfabetização sem informática, sem competência para lidar com o sistema digitalizado. Afinal, hoje tudo gira em torno da informática. A medida provisória traz esse benefício e muitos outros.

Cito ainda como exemplo de grandes conquistas a prorrogação dos benefícios fiscais para as empresas de desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática e automação.



Todos sabem que, se a maioria das pessoas pode comprar um computador, se há preço competitivo em relação ao computador contrabandeado do exterior, isso se deve à política de incentivos de retirada de impostos, que criava impedimento para a comercialização no Brasil.

Destaco ainda o incentivo tributário para a indústria aeronáutica. Ele é importantíssimo! Uma nação não será grande se não tiver uma indústria aeronáutica poderosa, que possa produzir, atendendo à nossa imensidão territorial.

Sr. Presidente, para não me alongar mais, afirmo que essa é uma medida provisória do bem. Peço aos Srs. Deputados que a aprovem, pois só traz coisas positivas para nosso País.

Muito obrigado.



---

**O SR. CARLOS SANTANA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com o partido.

**O SR. CLEBER VERDE** (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo o partido na votação anterior.

**O SR. LUIZ FERNANDO FARIA** (PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PP na votação anterior.

**O SR. CARLOS ALBERTO CANUTO** (PSC-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a representação do PSC.

**O SR. SABINO CASTELO BRANCO** (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

**O SR. OLAVO CALHEIROS** (Bloco/PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB na última votação.

**O SR. FRANCISCO TENÓRIO** (Bloco/PMN-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim.  
*(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira.  
*(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Lira Maia.  
*(Pausa.)*

Está esgotada a lista dos inscritos para falar contra.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Paulo Henrique Lustosa.  
*(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto é “sim”. Vamos votar a matéria.



**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Sr. Presidente, sobre a pauta...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Vamos ao encaminhamento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



---

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo que foi acordado que, na sessão extraordinária que V.Exa. informou que votará o projeto que trata da banda larga...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A partir do meio-dia.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Pois é, mas ocorre que estava hoje na pauta o projeto de lei de acesso à informação pública.

A minha pergunta é se esse projeto será incluído na Ordem do Dia, depois da medida provisória. Trata-se do acesso à informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Eu acho que terão prioridade todas as MPs, somente as MPs, e a urgência desse projeto de hoje sobre a banda larga.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Em votação.

Para encaminhar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já tivemos a oportunidade de falar na discussão da matéria. Este é o espaço para o encaminhamento da votação. A ideia já foi posta. Trata-se de medida provisória complexa, que envolve muitos assuntos, e o Executivo empurra goela abaixo uma série de temas, inclusive de forma inconstitucional. A Constituição estabelece que matérias sobre isenção têm de ser tratadas por lei específica.

Aqui, ouvimos várias pessoas dizerem: “*Tem isso. É bom!*” Claro, é obrigado a ter algo de bom uma medida provisória que prevê o gasto de bilhões de reais. Se não houver nada de bom... É claro que tem. Mas temos de discutir a forma. A democracia se caracteriza não apenas pela questão material, mas também pela forma como as coisas se dão. Tem de haver participação, discussão.

Os Parlamentares são eleitos para que haja representação popular, para debater os assuntos de interesse do povo, dos aposentados e não apenas para fazer o que faz aqui, dando isenção de tributos o tempo inteiro. Não discutem as reais questões da sociedade. O Congresso, infelizmente, perdeu completamente sua capacidade de debater os problemas da sociedade. Não consegue fazê-lo.

Nós vamos reagir. Lutamos contra as medidas provisórias. Alteramos a situação uma vez, com a Emenda Constitucional nº 32. Lutamos aqui para aprovar outra proposta de emenda constitucional, mas não conseguimos. O Governo arrefeceu um pouco, fez de conta que não iria editar essa enxurrada de medidas





provisórias. O Supremo Tribunal Federal alterou seu posicionamento, disse que os critérios de urgência e relevância não são absolutos do Congresso Nacional e da Presidência da República, que uma medida provisória que tratava de créditos era inconstitucional. Mesmo sendo ato concreto, passou a tratar a questão como sendo ato normativo primário e sujeito ao controle judicial.

Temos de apelar para o Judiciário. Se formos apelar para o pessoal aqui dentro, para que digam que uma medida provisória não é urgente, relevante ou não obedece aos critérios da Constituição, não conseguiremos. Aqui o que prevalece é o seguinte: se é da base, pode ser inconstitucional; se é do Governo, se é do Lula, pode ser de qualquer jeito. Vamos votar a favor, porque é do Governo.

É preciso olhar a Constituição com seriedade. É evidente que essa medida provisória não obedece os critérios da Constituição Federal.

Orientamos o voto “não”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor, concedo a palavra ao ilustre Deputado Fernando Ferro.

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, digo a todos os Parlamentares que estão nesta sessão que, evidentemente, diante de uma proposta consensual, devemos dar celeridade à votação da matéria para economia do nosso trabalho.

Então, peço a V.Exa., para que já possamos aportar o voto “sim” de todos, uma vez que há acordo, que finalizemos a votação da matéria. Há acordo por parte de todos os Líderes.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Todos aceitam a proposta do ilustre Líder?

**O SR. RODRIGO ROCHA LOURES** (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - De acordo, Presidente.

Eu só aproveito para justificar a ausência.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - De acordo.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Encerrado o encaminhamento, em votação o parecer do Relator na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.



**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para orientar, Sr. Presidente.

O Democratas vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Vota “não”.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 050.4.53.O**  
**Data: 23/03/2010**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Em votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Em votação o parecer do Relator na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.





---

**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - O Democratas vota “não”.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- O PPS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - O PPS vota “não”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Em votação o parecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



---

**O SR. ZÉ GERARDO** (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o PMDB.

**O SR. RODRIGO ROCHA LOURES** (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB na votação anterior.

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Em votação o projeto de lei de conversão oferecido pelo Relator da Comissão Mista, incluindo a alteração feita na sessão de hoje nos arts. 2º, 5º e 61, ressalvados os destaques.



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



**O SR. LIRA MAIA** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - O acordo é só para essa matéria.

Quem quiser pode justificar a presença.

Boa noite ao povo brasileiro.